



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

ROTEIRO DA SESSÃO PLENÁRIA

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 8697 – DIA 11 DE JUNHO DE 2019, ÀS 09 HORAS

1– LEITURA DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA Nº 8.696 REFERENTE AO DIA 05/06/2019.

2– JULGAMENTO DE MATÉRIA ELEITORAL (**Processos Físicos**):

2.1 PROCESSO Nº 45877 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 121.750/2016

Julgamento iniciado em 30/07/2018

Adiado - Pedido de VISTA da Desembargadora Marilsen Andrade Addario em 21/05/2019

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c Art. 65. §3º do RI

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - CARGO - VEREADOR - CORRUPÇÃO OU FRAUDE - CANDIDATURAS FEMININAS FICTÍCIAS - PREENCHIMENTO DE QUOTA DE GÊNERO - SANTA CARMEM/MT - 22ª ZONA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2016

RECORRENTE(S): RUY CARLOS MANNRICK, TERCEIRO INTERESSADO

Advogado(s): ADONIS SIQUEIRA DE OLIVEIRA - OAB: 14.524/MT

RECORRIDO(S): MARIA ALCANTARA DA ROCHA, CESAR FERNANDES VENTURA, DANIEL MARTINS DA CRUZ, RAIMIDNEY NASCIMENTO DE PAULO, JOSE ROMAO DA SILVA, DIORGENE SOUZA ARAUJO, JANETE GONÇALVES DA CRUZ DE PAULO, JORGE ALBERTO WALKER, LUIZ RIBEIRO ROSA FILHO, MARCIA TEREZINHA REMPEL SCHENEIDER, MARLENE PEREIRA ALEXANDRE, RONALDO ADRIANO RIBEIRO, OSMAR ALEXANDRE

Advogado(s): VILSON PAULO VARGAS - OAB: 15.997/MT

PARECER: pela rejeição da preliminar de ilegitimidade do terceiro interessado, e, no mérito, pelo provimento do recurso.

RELATOR: DOUTOR RICARDO GOMES DE ALMEIDA

Preliminar: ilegitimidade do terceiro interessado Ruy Carlos Mannrick - (VOTO: Afastou)

1º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques – ac. relator

2º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior – ac. relator

3º Vogal - Doutor Mário Roberto Kono de Oliveira – ac. relator

4º Vogal - Desembargador Pedro Sakamoto – ac. relator

5º Vogal - Doutor Ulisses Rabaneda Dos Santos – ac. relator

6º Vogal - Desembargador Márcio Vidal (Presidente) – ac. Relator

Mérito: (VOTO: Negou provimento)

1º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques - **deu provimento (1º voto divergente)**

2º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior – acompanhou o Relator

3º Vogal - Doutor Mário Roberto Kono de Oliveira – acompanhou o Relator

4º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addario – **pediu VISTA**

5º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho - aguarda voto-vista

6º Vogal - Desembargador Gilberto Giraldeoli (Presidente) – acompanhou o Relator



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

RELATÓRIO

Cuida-se de **Recurso Eleitoral**, interposto por Ruy Carlos Mannkrick na condição de **terceiro prejudicado** (fls.641/671) contra sentença proferida pelo juízo da 22ª ZE/MT que julgou improcedente a presente **ação de investigação judicial eleitoral fundada em alegação de fraude para compor percentual de gênero**, por entender que as provas dos autos não seriam suficientes a ensejar um juízo condenatório (fls.245/247).

Em razões recursais o recorrente sustenta que as candidatas Maria Alcântara da Rocha e Janete Gonçalves Cruz de Paulo não realizaram atos de campanha desde o deferimento do seu registro de candidatura, confirmando a tese de que foram incluídas com o propósito único de alcançar o percentual mínimo, legalmente exigido nos termos do art. 10 §3º, da Lei 9.504/97.

Requer, ao final, seja dado provimento ao recurso interposto para reformar a sentença objurgada, sendo reconhecido a alegada fraude na composição da lista de candidatos, declarando a invalidação do diploma dos impugnados, e via de consequência, considerar nulo todos os votos atribuídos à aludida Coligação (fls.659).

Os recorridos apresentaram Contrarrazões às fls. 676/703, arguindo preliminar de ilegitimidade e falta de interesse de agir do recorrente na condição de terceiro prejudicado. No mérito, pugnam pela manutenção da sentença.

A douta **Procuradoria Eleitoral** manifestou-se pelo provimento do presente recurso (fls.728/732).

É o relatório.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

2.2 PROCESSO Nº 724 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 33/2017

Julgamento iniciado em 22/05/2019

Adiado - Pedido de VISTA da Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques em 22/05/2019

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c Art. 65. §3º do RI

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - CAPTAÇÃO OU GASTO ILÍCITO DE RECURSOS FINANCEIROS DE CAMPANHA ELEITORAL - VÁRZEA GRANDE/MT - ELEIÇÕES 2016 - 20ª ZONA ELEITORAL

RECORRENTE(S): EDILEI ROQUE DE CEZARO

Advogado(s): MIRUXY OLIVEIRA SOARES DA SILVA - OAB: 22.603/MT RODRIGO GERALDO RIBEIRO DE ARAÚJO - OAB: 9.098/MT

RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Assistente do Recorrido(s): GILSON ALCIDES BANEGAS

Advogado(s): ADEMAR JOSE DE PAULA DA SILVA - OAB: 16068/MT RODRIGO TERRA CYRINEU - OAB: 16.169/MT MICHAEL RODRIGO DA SILVA GRAÇA - OAB: 18970/MT FELIPE TERRA CYRINEU - OAB: 20416/MT ANDERSON DOUGLAS ROSSETTI BUENO - OAB: 25857/MT

PARECER: Pela rejeição da preliminar de cerceamento de defesa. No mérito, pelo desprovimento do recurso.

RELATOR: DOUTOR JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO

Preliminar: Cerceamento de Defesa – Inércia do Magistrado Quanto à Perícia Técnica -
(VOTO: rejeitou)

-
- 1º **Vogal** - Desembargadora Marilsen Andrade Addario – acompanhou o Relator
2º **Vogal** - Doutor Ricardo Gomes de Almeida – acompanhou o Relator
3º **Vogal** - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques – acompanhou o Relator
4º **Vogal** - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior – acompanhou o Relator
5º **Vogal** - Doutor Mário Roberto Kono de Oliveira – acompanhou o Relator
6º **Vogal** - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente) – acompanhou o Relator

Mérito: (VOTO: deu provimento)

-
- 1º **Vogal** - Desembargadora Marilsen Andrade Addario – acompanhou o Relator
2º **Vogal** - Doutor Ricardo Gomes de Almeida – acompanhou o Relator
3º **Vogal** - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques – **pediu VISTA**
4º **Vogal** - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior – aguarda voto-vista
5º **Vogal** - Doutor Mário Roberto Kono de Oliveira – acompanhou o Relator
6º **Vogal** - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente) – aguarda voto-vista

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso** interposto por EDILEI ROQUE DE CEZARO, vereador eleito pelo PTC no município de Várzea Grande/MT no pleito de 2016, contra sentença proferida em representação movida pelo Ministério Público que culminou na **cassação de seu mandato, com fundamento em ofensa ao art. 30-A da Lei 9.504/97.**



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

A decisão impugnada se lastreia em prova testemunhal e em 02 [dois] recibos eleitorais assinados pelo recorrente, nos valores de R\$ 1.000,00 [um mil reais] e R\$ 5.000,00 [cinco mil reais], que foram levados ao conhecimento do representante do Ministério Público por meio de Notícia de Fato [fls. 07/09] assinada pelo então vereador do município e candidato a vice-prefeito Fábio Saad.

Segundo a denúncia, referidos recibos eleitorais teriam deixado de ser contabilizados no respectivo processo de prestação de contas do recorrente, configurando, dessa forma, ocultação de gastos eleitorais.

Em suas razões [fls. 222/259], o recorrente alega, em sede preliminar, a NULIDADE DA DECISÃO por cerceamento de defesa, porque se viu impedido de obter a realização de perícia grafotécnica nos recibos eleitorais que sustentam a representação, com o fim de comprovar suposta falsidade dos documentos.

No mérito, aduz de que os recibos que servem como prova à representação são material e ideologicamente falsos, porque foram preenchidos depois de assinados e revelam finalidade diversa da que efetivamente se prestaram, eis que, segundo ele, os documentos em questão se referiam à produção e distribuição de materiais gráficos, tal como informado em seu processo de contas, jamais à entrega de dinheiro em espécie, como noticiados pelo *parquet*.

Sustenta também que a decisão de 1º Grau se apoia em prova testemunhal singular, de confesso adversário político, em coalisão com o art. 368-A do Código Eleitoral.

Alega, ainda, que os recibos, em si, são insuficientes para comprometer a moralidade do pleito, bem como que a pena aplicada – cassação do mandato – é desproporcional à conduta narrada no feito.

Requer, ademais, que antes do julgamento do recurso seja determinada a juntada dos recibos originais apresentados com a inicial da representação, posto que foram desentranhados dos autos por decisão do juízo de 1º Grau.

Por fim, pugna pelo acolhimento da preliminar de cerceamento de defesa para a nulidade da decisão, ou pelo provimento do recurso, com o julgamento de improcedência do pedido formulado na representação.

O recorrente carregou para os autos, nesta seara, os documentos de fls. 260/280.

O Ministério Público Eleitoral apresentou contrarrazões às fls. 283/294 e requereu a manutenção da decisão de 1º Grau.

Em seu parecer escrito [fls. 301/308], a douta **Procuradoria Regional Eleitoral** se manifesta pelo afastamento da preliminar suscitada e improvimento do recurso.

É o relatório.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

2.3 PROCESSO Nº 313 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 21.220/2018

Julgamento iniciado em 05/06/2019

Adiado - Pedido de VISTA do Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho em 05/06/2019

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c Art. 65. §3º do RI

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - ELEIÇÕES - CANDIDATOS - REGISTRO DE CANDIDATURA - RRC - CANDIDATO - CARGO - VEREADOR - CHAPADA DOS GUIMARÃES - 34ª ZONA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2016 - AUTOS SUPLEMENTARES REFERENTE AO PROCESSO 217-67.2016.6.11.0034 - CLASSE: RE

RECORRENTE(S): THOMAZ JEFFERSON XAVIER MOREIRA

Advogado(s): ANDRÉ STUMPF JACOB GONÇALVES - OAB: 5362/MT ROBISON PAZETTO JUNIOR - OAB: 19.641/MT

RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo desprovimento do recurso

RELATOR: DOUTOR LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR

(VOTO: rejeitou a preliminar de ausência de capacidade postulatória do MPE)

Preliminar: Nulidade da sentença na AIRC (ausência de capacidade postulatória do Ministério Público Eleitoral): Voto: **rejeitou**

1º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho - **pediu vista**

2º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addario – aguarda voto-vista

3º Vogal - Doutor Ricardo Gomes de Almeida – aguarda voto-vista

4º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques – aguarda voto-vista

5º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior – aguarda voto-vista

6º Vogal - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente) – aguarda voto-vista

Prejudicial: Preclusão do direito de agir *ex officio* do magistrado de 1º grau

1º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

2º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addario

3º Vogal - Doutor Ricardo Gomes de Almeida

4º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques

5º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior

6º Vogal - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente)

Prejudicial: Cerceamento de defesa

1º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

2º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addario

3º Vogal - Doutor Ricardo Gomes de Almeida

4º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques

5º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior

6º Vogal - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente)



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Prejudicial: Violação ao princípio da adstrição do juiz ao pedido/causa de pedir

- 1° **Vogal** - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho
- 2° **Vogal** - Desembargadora Marilsen Andrade Addario
- 3° **Vogal** - Doutor Ricardo Gomes de Almeida
- 4° **Vogal** - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques
- 5° **Vogal** - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior
- 6° **Vogal** - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente)

Mérito:

- 1° **Vogal** - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho
- 2° **Vogal** - Desembargadora Marilsen Andrade Addario
- 3° **Vogal** - Doutor Ricardo Gomes de Almeida
- 4° **Vogal** - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques
- 5° **Vogal** - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior
- 6° **Vogal** - Desembargador Gilberto Giraldelli (Presidente)

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso eleitoral** (fls. 502/555), interposto por THOMAZ JEFFERSON XAVIER MOREIRA, contra sentença publicada em 29.11.2018 (fls. 440/443), que julgou procedente ação de **impugnação de registro de candidatura** e declarou nulo o diploma expedido ao recorrente para ocupar o cargo de vereador do município de Chapada dos Guimarães.

Eminentes pares, **antes de relatar as razões recursais, farei um breve histórico** do processo ora posto em mesa para julgamento, para melhor compreensão do caso por Vossas Excelências.

O recorrente THOMAZ JEFFERSON XAVIER MOREIRA foi eleito para o cargo vereador nas Eleições 2016, e, atualmente, exerce vereança no município de Chapada dos Guimarães.

O recorrente teve seu registro de candidatura impugnado pelo Partido Democratas (DEM), sob alegação de que o candidato estava inelegível com fundamento no art. 1.º, inciso I, alínea "g", da LC n.º 64/90 – rejeição de contas pelo Tribunal de Contas do Estado (fls. 17/23).

Em 10.09.2016 a juíza de primeiro grau de jurisdição extinguiu a ação de impugnação sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 485, VI do Código de Processo Civil, haja vista que no momento do ajuizamento da ação o partido impugnante estava coligado, porém ingressou com a demanda isoladamente, sendo, portanto, parte ilegítima. No mesmo *decisum* o pedido de registro de candidatura do recorrente para concorrer ao cargo de vereador foi deferido (fls. 115/117).

Irresignado, o Ministério Público Eleitoral de primeiro grau interpôs recurso a esse Egrégio Tribunal para reforma da sentença, pleiteando o reconhecimento da incidência da causa de inelegibilidade e indeferimento do registro de candidatura do candidato.

Em julgamento datado de 01.10.2016 foi dado provimento ao recurso interposto (Acórdão 25811), para anular a sentença da instância de piso, a fim de que o juízo *a quo* apreciasse, como notícia de inelegibilidade, a questão de ordem que lhe havia sido submetida (fls. 175/183).

A partir do acórdão que anulou a sentença e determinou o retorno dos autos ao primeiro grau para apreciação do registro de candidatura, **foram interpostos diversos recursos eleitorais pela parte, ora recorrente**, postergando o cumprimento do acórdão proferido pela Corte Regional, quais sejam: a) recurso especial eleitoral (fls. 188/200); b) embargos de declaração (fls. 232/236), recurso extraordinário (272/284), agravo de instrumento (fls. 299/313), embargos de



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

declaração (fls. 342/347), recurso extraordinário (367/380), agravo regimental (395/400).

Em razão dos recursos manejados e a sequência processual daí decorrente, considerando as especificidades do processo eleitoral, no dia 18.12.2017 **foi proferida decisão pelo então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral**, Ministro Gilmar Mendes, determinando-se a formação de autos suplementares, com vistas a dar cumprimento ao acórdão 25811 para apreciação do registro de candidatura pelo juízo da 34.ª Zona Eleitoral (fls. 390/392)

Formados autos suplementares, o juízo de primeiro grau proferiu sentença que reconheceu a inelegibilidade prevista no art. 1.º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar n.º 64/90 e declarou nulo o diploma expedido ao vereador para o quadriênio 2017-2020.

Inconformado, o recorrente opôs embargos de declaração com efeitos infringentes (fls. 444/464), que após contrarrazões do Ministério Público Eleitoral (fls. 470/480), foram conhecidos e, no mérito, julgados improcedentes (fls. 497/499).

Na sequência, interpôs o recurso eleitoral (fls. 502/555), ora em evidência, requerendo, **preliminarmente: 1)** a declaração de nulidade da sentença proferida na AIRC, por ausência de capacidade postulatória do Ministério Público Eleitoral, o qual não poderia valer-se do instituto da sucessão processual para assumir o polo ativo de uma demanda eivada de nulidade original; **2)** a declaração de nulidade da sentença vergastada para reconhecer a preclusão do direito de agir *ex officio* do magistrado de primeiro grau, considerando tratar-se de uma causa de inelegibilidade infraconstitucional (art. 1.º, inciso I, alínea “g”, da LC n.º 64/90); **3)** a declaração de nulidade da sentença de piso por violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa; **4)** a declaração de nulidade da sentença em razão de violação ao princípio da adstrição do juiz ao pedido e à causa de pedir. **No mérito**, o recorrente requereu a reforma da sentença *a quo* por ausência de irregularidade insanável que se amolde a causa de inelegibilidade descrita no art. 1.º, inciso I, alínea “g”, da LC n.º 64/90, bem como pela ausência de demonstração de ato doloso perpetrado pelo recorrente.

Em contrarrazões (fls. 581/587), o Ministério Público Eleitoral de primeiro grau rebateu os argumentos levantados pela parte recorrente e, ao final, pugnou pelo desprovimento do recurso eleitoral interposto.

A Douta **Procuradoria Regional Eleitoral** ofertou parecer pelo não provimento do recurso (fls. 603/609)

É o relatório.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

2.4 PROCESSO Nº 28437 – CLASSE PC - PROTOCOLO Nº 75.397/2016

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE PARTIDO POLÍTICO - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO - PTC/MT - ELEIÇÕES 2016

REQUERENTE(S): DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO - PTC/MT

PARECER: pelo julgamento das contas como não prestadas e, bem assim, seja decretada a perda do direito ao recebimento de novas cotas do Fundo Partidário no ano seguinte ao do trânsito em julgado dessa decisão

RELATOR: DOUTORA VANESSA CURTI PERENHA GASQUES

1º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior

2º Vogal - Doutor Luís Aparecido Bortolussi Júnior

3º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

4º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addário

5º Vogal - Doutor Ricardo Gomes de Almeida

RELATÓRIO

Trata-se de **Prestação de Contas de Partido** Político, relativas às **eleições 2016**, do Partido TRABALHISTA CRISTÃO - Direção Regional em Mato Grosso (PTC/MT), nos termos da Lei nº 9.504/1997 e Resolução TSE nº 23.463/2015.

O procedimento foi instaurado de ofício pela CCIA (fls. 13 e fls. 35/36) e a unidade se manifestou pela não prestação das contas.

Devidamente intimado por **duas vezes** (certidão de fls. 09 e certidão de fls. 20), o partido Requerente deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentação das contas.

A Douta **Procuradoria Regional Eleitoral** (fls. 23/24) opinou pelo julgamento das contas como não prestadas.

É o relatório.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

2.5 PROCESSO Nº 3955 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 26.848/2015

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO FINANCEIRO - PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL - ANO 2014 - CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT - 34ª ZONA ELEITORAL

RECORRENTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECORRIDO(S): COMISSÃO PROVISÓRIA DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL - CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

Advogado(s): JOSÉ FERNANDES DE SOUZA - OAB: 5.721/MT

PARECER: pelo provimento do recurso

RELATOR: DOUTOR JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO

1º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addário

2º Vogal - Doutor Ricardo Gomes de Almeida

3º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques

4º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior

5º Vogal - Doutor Luís Aparecido Bortolussi Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso** interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL combatendo a r. sentença proferida pelo Juízo da 34ª Zona Eleitoral, que declarou aprovadas com ressalvas a prestação de contas do PARTIDO SOCIAL LIBERAL – PSL em Chapada dos Guimarães/MT, referente ao **exercício financeiro do ano de 2014**, com fundamento no art. 45, II, da Resolução TSE nº 23.432/2014.

Em razões de recurso, alega o recorrente que o Juízo monocrático não laborou com acerto, pois *“há obrigatoriedade do balanço contábil indicar, detalhadamente, todas as receitas e despesas”*.

Sustenta ainda, que:

Neste diapasão, a prestação de contas que simplesmente informa a ausência total de movimentação sem que nela conste o **crédito** advindo das contribuições dos filiados não pode ser considerada pela Justiça Eleitoral, data máxima vênua, como passível de ser aprovada.

[...]

Ao cancelar a existência de diretórios municipais fictícios (por não apresentarem movimentação financeira alguma), a Justiça Eleitoral está, além de negando vigência expressa aos dispositivos constitucionais legais acima mencionados, permitindo o enfraquecimento da democracia, notadamente nos pequenos municípios onde a verba pública do Fundo Partidário não chegar.

Ao final requer, o provimento do recurso para que as contas sejam julgadas desaprovadas.

Intimado a apresentar suas contrarrazões, o partido deixou o prazo transcorrer sem manifestação [fl. 77]

A douta **Procuradoria Regional Eleitoral**, em seu parecer [fls. 82/84v], opinou pelo provimento do recurso.

É o relatório.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

2.6 PROCESSO Nº 4409 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 17.122/2016

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2015 - 34ª ZONA ELEITORAL - PLANALTO DA SERRA/MT

RECORRENTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECORRIDO(S): DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DEMOCRATAS - DEM - PLANALTO DA SERRA/MT

Advogado(s): PLÍNIO JOSÉ DE SIQUEIRA NETO - OAB: 10405/MT

PARECER: pelo provimento do recurso

RELATOR: DOUTOR JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO

1º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addário

2º Vogal - Doutor Ricardo Gomes de Almeida

3º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques

4º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior

5º Vogal - Doutor Luís Aparecido Bortolussi Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso** interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL combatendo a r. sentença proferida pelo Juízo da 34ª Zona Eleitoral, que aprovou com ressalvas a **prestação de contas do PARTIDO DEMOCRATAS** em Chapada dos Guimarães/MT, referente ao exercício financeiro do ano de 2015.

Alega o recorrente que o Juízo monocrático não laborou com acerto, pois *“há obrigatoriedade do balanço contábil indicar, detalhadamente, todas as receitas e despesas”*.

Sustenta ainda, que:

O descumprimento da legislação e do seu próprio estatuto é a causa pela qual se discute, neste momento o financiamento público de campanhas

Ao final requer, o provimento do recurso para que as contas sejam julgadas desaprovadas.

Intimado a apresentar suas contrarrazões, o partido deixou o prazo transcorrer sem manifestação [fl. 59]

A douta **Procuradoria Regional Eleitoral**, em seu parecer [fls. 90/92v], opinou pelo provimento do recurso.

É o relatório.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

2.7 PROCESSO Nº 4495 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 86.865/2016

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - VEREADOR - VÁRZEA GRANDE/MT - 49ª ZONA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2016

RECORRENTE(S): ADEMAR FREITAS FILHO

Advogado(s): JONATAS PEIXOTO LOPES - OAB: 20.920-O/MT LOURIVAL RIBEIRO FILHO - OAB: 5.073/MT BÁRBARA FERREIRA ARAÚJO - OAB: 20.170/MT YASMIN DE PINHO NOVO LOPES - OAB: 21.335/O/MT

RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo desprovimento do recurso

RELATOR: DOUTOR RICARDO GOMES DE ALMEIDA

1º Vogal - Doutora Vanessa Curti Perenha Gasques

2º Vogal - Doutor Antônio Veloso Peleja Júnior

3º Vogal - Doutor Luís Aparecido Bortolussi Júnior

4º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

5º Vogal - Desembargadora Marilsen Andrade Addário

RELATÓRIO

Cuida-se de **RECURSO** interposto por ADEMAR FREITAS FILHO, em face da sentença proferida pelo juízo da 49ª Zona Eleitoral, que desaprovou as **contas do candidato** referentes às **eleições de 2016** (fls. 579/585).

O douto magistrado desaprovou as contas em razão das irregularidades apontadas no parecer técnico de fls. 558/567v.

Insta salientar que o candidato foi devidamente intimado para manifestar-se acerca das irregularidades apuradas do segundo parecer técnico conclusivo, porém ficou-se inerte (certidão de fls. 574).

Em razões recursais o recorrente arguiu, preliminarmente, a nulidade da sentença por entender que esta teria sido omissa em teses essenciais, ferindo garantias processuais e constitucionais (art. 93, IX da CF/88, e art. 11, 371 e 489, II do CPC/15).

No mérito, pugna pelo provimento do recurso a fim de que se reforme a sentença ora vergastada e que suas contas sejam aprovadas, ainda que com ressalvas (fls. 615/661).

A **douta procuradoria** manifestou-se às fls. 751/752 pelo conhecimento e desprovimento do presente recurso.

É o relatório.